

PESQUISA DE HIDROCARBONETOS: ALMARGEM ENVIA REQUERIMENTO AO GOVERNO

A Convenção de Aarhus, assinada nesta cidade dinamarquesa a 25 de Junho de 1998 e ratificada por Portugal em 2003, define normas vinculativas relativamente à participação do público nos processos de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente. Foi com base nos princípios deste importante documento que a Almargem enviou recentemente à Ministra do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia um requerimento no sentido de, no âmbito do processo em curso de pesquisa de hidrocarbonetos na costa algarvia, ser dado cumprimento imediato ao estipulado na alínea c) do Artº 1º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 que veio transpor para a legislação portuguesa a Directiva 2011/92/EU relativa à avaliação dos efeitos de projectos públicos ou privados no ambiente. Embora as operações de pesquisa de hidrocarbonetos não sejam explicitamente referidas nessa legislação, ao contrário das operações de extracção, a Almargem considera perfeitamente justificável e desejável que seja efectuada uma análise do processo desde o seu início. Assim, de acordo com a alínea c) do Artº 1º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 “os projectos que em função da sua localização, dimensão ou natureza sejam considerados (...) como susceptíveis de provocar um impacte significativo no ambiente, tendo em conta os critérios estabelecidos no anexo III” deverão ser sujeitos a um processo de avaliação de impacto ambiental. Entre os vários critérios incluídos no referido Anexo III estão a dimensão do projecto, o risco de acidentes e a sua localização em zonas sensíveis, nomeadamente “zonas oceânicas”. Por outro lado, a nova Directiva 2013/30/UE, relativa à segurança das operações offshore de petróleo e gás, embora dispensando da sua aplicação todas as áreas licenciadas antes de 18 de Julho de 2013, inclui instruções muito específicas no seu Artº 5º acerca da participação do público no que se refere aos efeitos sobre o ambiente das operações prévias de pesquisa de hidrocarbonetos. Estas regras deveriam, no todo ou em parte, ser já tidas em conta nomeadamente no caso das concessões algarvias, a bem dos princípios da transparência, acesso à informação, participação do público em processos de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente consignados na Convenção de Aarhus. A Almargem espera que o Governo seja sensível a estes e outros argumentos que têm posto em causa o avanço deste projecto sem uma discussão prévia alargada e com base em todos os elementos técnicos disponíveis para se fazer uma análise séria e preventiva dos riscos associados à prospecção e exploração de hidrocarbonetos no Algarve.



ACTIVIDADES RECENTES

Com a chegada do Verão, a Almargem tem procurado sobretudo oferecer aos seus associados percursos e actividades nocturnas. Foi o caso da muito concorrida caminhada pelas aldeias da Beira Serra em volta da Rocha da Pena, realizada no passado dia 9 de Agosto. No dia 30, participamos mais uma vez na Noite Europeia dos Morcegos, com uma visita às imediações da Gruta dos Soidos (Alte), guiada pelo biólogo Mário Carmo (ver pormenores no website).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Terminado o ano lectivo, é hora de fazer o balanço das nossas actividades de Educação Ambiental em parceria com a Câmara Municipal de Loulé. Este ano, apesar de termos dado inicio ao programa um mês mais tarde, aumentámos o número de acções para 114, tendo alcançado 2408 pessoas e mantivemos o nível de excelência a que temos vindo a habituar o nosso público. Agora estamos em fase de conclusão do plano de actividades de Educação Ambiental para o próximo ano lectivo... e vêm aí muitos projectos novos!

PROJECTO EUROPA

No passado dia 29 de Julho, a Associação Almargem esteve representada na Reunião de Coordenação do Algarve para o projecto EUropa - União Europeia: Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos, promovido pelo GEOTA e Designways. Desta reunião, resultou um conjunto de temas a abordar no Fórum “Muda de Vida”, a realizar na região do Algarve no mês de Setembro. Os temas estratégicos são “EU e a água”, “EU e os produtos locais” e “EU e o

turismo sustentável”, onde vários oradores conhecedores do tema irão dar algumas dicas para o cidadão comum optar por um estilo de vida mais sustentável.

ESCASSEIAM APOIOS PARA PROJECTOS AMBIENTAIS

Até há uns oito anos atrás, o antigo Instituto do Ambiente abria anualmente candidaturas para financiamento de projectos provenientes das ONGAs. As verbas nunca eram muitas, a concorrência era enorme, mas havia transparência na forma como os projectos eram seleccionados, sempre com possibilidade de recurso, e o facto é que algum dinheiro era investido nas actividades das associações. Com a criação da APA (Agência Portuguesa de Ambiente) em 2006, tudo isso rapidamente desapareceu. No website da APA é ainda hoje referido que “as ONGA e equiparadas inscritas no Registo Nacional têm sido apoiadas ao abrigo do Regulamento do Apoio Financeiro às ONGA e do Regulamento do Programa de Apoio a Acções na Área do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável”. Mas a verdade é que, desde 2008, estes apoios têm estado suspensos. Na altura, a grande solução apontada pelos responsáveis da APA remetia para os EEA Grants, resultado do Acordo EEA (European Economic Area) que, em 1994, Noruega, Islândia e Liechtenstein (antigos membros da EFTA) estabeleceram com a União Europeia e através do qual passaram a disponibilizar fundos para projectos em vários países europeus. Inicialmente promovidos por uma estrutura própria, os EEA Grants passaram em 2013 a ser geridos pela Fundação Calouste Gulbenkian (Programa Cidadania Activa). A Almargem candidatou-se este ano com dois projectos, um deles virado para o reforço da formação e estruturação das ONGAs algarvias, o outro destinado a promover a divulgação e a dinamização socioeconómica dos espaços naturais protegidos do Algarve. Nenhuma destas candidaturas foi, no entanto, aceite. No caso do segundo projecto, que envolvia parcerias com o ICNF e com o IIEFP, esta última foi, logo à partida, posta em causa porque, no entender da Gulbenkian, uma entidade só pode ser parceira de um único projecto e, como é óbvio, num domínio de intervenção ligado à promoção da empregabilidade dos jovens onde o nosso projecto (e certamente muitos outros que tiveram a mesma sorte) se inseria, torna-se difícil não poder contar com o IIEFP. No entanto, a decisão da Gulbenkian também não é tão inesperada como isso, pois tem-se tornado evidente a prioridade dada aos projectos nas áreas do apoio social e da saúde, em detrimento dos projectos na área do ambiente. Também com o apoio da EEA, a APA lançou este ano o Programa AdaPT, dirigido a projectos relacionados com as alterações climáticas. E aqui, mais uma vez, a APA demonstrou o seu grande “amor” pelas ONGAs. No enquadramento original da EEA, a taxa máxima de participação dos projectos é de 85%, excepto no caso de ONGAs, em que pode atingir os 90%. No regulamento nacional, elaborado pela APA, todos os projectos podem ter uma taxa de financiamento de 100% (com os 15% suplementares a saírem do Fundo Português do Carbono), excepto... os projectos das ONGAs, que se mantêm nos 90% ! Com este tipo de apoios, não admira pois que, nos últimos anos, apenas meia dúzia de grandes associações e centros de investigação ligados às universidades tenham conseguido acesso a estas e outras linhas de financiamento para projectos na área do ambiente e da biodiversidade. As ONGAs de menor dimensão e com meios mais limitados vão sobrevivendo como podem, muitas delas já praticamente sem qualquer actividade regular.

GUINÉ-EQUATORIAL AMEAÇA FLORESTA TROPICAL

A Guiné-Equatorial foi recentemente alvo de muitas atenções devido à polémica adesão aos PALOP na cimeira da CPLP realizada em Timor-Leste. Falou-se sobretudo da falta de democracia e abuso de direitos humanos. Mas a coisa não fica por aqui. Por mera vontade pessoal, o presidente Teodoro Obiang Nguema está actualmente a arrasar 8 mil hectares de floresta tropical para construir, a partir do zero, Oyala, a futura capital do país, que albergará cerca de 200 mil pessoas. O dinheiro, obviamente, vem do petróleo, do qual a Guiné-Equatorial é o terceiro maior produtor africano. Para além de aeroporto, palácios, ópera, catedral, hotéis de luxo e largas avenidas, está também prevista a construção de um campo de golfe. Situada no interior da parte continental do país, longe da actual capital, Malabo, localizada na ilha de Bioko (antiga Fernando Pó), esta cidade megalómana permitirá eventualmente ao ditador dividir e controlar melhor a sua população que, apesar dos petrodólares, continua a viver quase na miséria, dependendo essencialmente dos produtos da floresta que antes cobria 98% do país. Centenas de espécies de mamíferos (incluindo o gorila), aves e plantas, muitas delas endémicas, estão actualmente em risco pois, nos últimos 20 anos, a Guiné-Equatorial já perdeu mais de 12% da sua superfície florestal.



Boletim Informativo da Almargem nº 94 – Agosto de 2014

✓Rua S. Domingos, 56 – 8100-536 Loulé – Portugal ✓Tel.: 289412959 ✓Fax: 289414104

almargem@mail.telepac.pt www.almargem.org